

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS
ISCEE

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

POLÍTICA DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CABO VERDE.
ESTUDO DE CASO: IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NA
ECONOMIA CABO-VERDIANA NO PERÍODO 2008 a 2010.

DAISE PATRÍCIA ALMEIDA FERNANDES

N.º 08.0834

Praia, Setembro de 2013

**INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS
ISCEE**

LICENCIATURA EM CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO

RAMO ADMINISTRAÇÃO E CONTROLO FINANCEIRO

**POLÍTICA DE BENEFÍCIOS FISCAIS EM CABO VERDE.
ESTUDO DE CASO: IMPACTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NA
ECONOMIA CABO-VERDIANA NO PERÍODO 2008 a 2010.**

DAISE PATRÍCIA ALMEIDA FERNANDES

N.º 08.0834

Orientador: ANTÓNIO PEDRO DA SILVA

Praia, Setembro de 2013

Memória monográfica auferida ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Empresariais- ISCEE, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura em Contabilidade e Administração - Ramo Administração e Controlo Financeiro.

Dedicatória

Ao meu filho Raphael Fernandes Teixeira, à
minha mãe Natália Almeida Mendes e ao meu
irmão Kennedy Patrick Almeida Fernandes, por
todo o amor, carinho e encorajamento.

AGRADECIMENTOS

O trabalho que hora se apresenta constitui o fruto de uma intenso trabalho, aprendizagem, dedicação e perseverança, do qual muitos foram aqueles que me acompanharam e inspiraram, mostrando assim que o que poderíamos ser ou o que somos não depende só de nós mas também dos que nos rodeiam. Ciente disso não poderia deixar de agradecer a todos os que, de uma certa forma, contribuíram para que eu alcançasse a meta predestinada.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus pela sua existência porque, caso contrário, nenhum de nós estaria com fôlego, pelo dom da vida e por ter colocado essas pessoas que serão sempre referências para mim.

À minha mãe, Natália Almeida Mendes, pela compreensão, pelo apoio, pela dedicação e orientação, pelo amor e principalmente por ter estado do meu lado e acreditado em mim, também pela sua presença em todas as etapas da minha vida, desempenhando dois papéis, o de mãe e o de pai. Ao meu irmão, Kennedy, por todos os momentos de apoio.

Ao meu orientador, António Pedro da Silva, por ter aceitado ser meu orientador, acreditado em mim, pelas sugestões e pela sua paciência para comigo.

Ao senhor António Batista, pelo seu apoio incondicional, paciência e pelas sugestões, tendo mostrado toda a sua amabilidade para comigo, disponibilizando o seu precioso tempo para me apoiar, mesmo não sendo meu orientador.

Aos meus companheiros de batalha desde o 1º ano do curso, que sempre estiveram disponíveis para darem os seus apoios perante as minhas dificuldades.

A todas as empresas que forneceram as informações que eu necessitava, através de questionários.

Uma palavra de carinho e amizade a todos os que por meio de palavras ou gestos, contribuíram para a concretização deste trabalho.

Resumo

Com a globalização e a competitividade da economia, o Governo cabo-verdiano sentiu a necessidade de adotar instrumentos e mecanismos fiscais flexíveis, modernos e eficientes para dar mais ênfase ao sector empresarial e não só.

A PBF constitui uma das formas do Estado intervir na economia, ou seja, forma de estimular a criação do emprego, visando elevar o bem-estar da população. Essa intervenção assume uma grande importância em economias de poucos rendimentos económicos, sendo a sua eficácia e eficiência dependente do volume de recursos financeiros arrecadados, quer através do meio produtivo próprio, quer através da imposição de contributos dos cidadãos. Os BF é um instrumento importante do Estado porque mesmo nos países com sistemas fiscais desenvolvidos e sofisticados, o Estado recorre ao BF para intervir e conformar a realidade económica e social.

Há incentivos fiscais que estimulam o investimento e a produção, como as isenções e as reduções de imposto que têm por objectivo privilegiar o consumo de alguns bens ou o desenvolvimento de certas actividades e, os mais relevantes estão centrados no imposto único sobre rendimento – IUR de pessoas colectivas e nos direitos de importação – DI.

Actualmente, em Cabo Verde, existe um número elevado de incentivos fiscais que estão ligados a vários sectores económicos, concedidos sem avaliação. Os Benefícios Fiscais, enquanto instrumento privilegiado de política fiscal, têm sido concedidos há alguns anos em Cabo Verde sem uma orientação específica da sua aplicação e da sua eficácia, de forma que venham a causar um maior impacto na vida das empresas e da economia nacional.

O sistema fiscal Cabo-Verdiano prevê várias formas de Benefícios Fiscais, que se encontravam dispersos em vários diplomas, mas em 21 de Janeiro de 2013, a Lei nº 26/VIII/2013 cria o Código de Benefícios Fiscais, constituindo um instrumento de extrema relevância para o desenvolvimento de qualquer país, pois são consideradas ferramentas importantes para incentivar o desenvolvimento económico-social do País.

Palavra-chave: Benefícios Fiscais; Receita Fiscal; Despesa Fiscal; Desenvolvimento Económico.

Índice

Dedicatória	II
AGRADECIMENTOS	III
Resumo.....	IV
Lista de Abreviaturas	VII
Lista de tabelas	VIII
Lista de Gráficos	VIII
Capítulo I: Nota introdutória	1
1. Introdução	1
1.1. Apresentação e Justificação do Tema	1
1.2. Objectivos	2
1.3. Pergunta de partida.....	3
1.4. Metodologia utilizada.....	3
1.5. Estrutura do trabalho	3
Capítulo II: Fundamentação Teórica.....	4
2.1. Política Financeira do Estado	4
2.2. Caracterização do Imposto	4
2.3. A Evolução e a Reforma Fiscal.....	6
2.4. Conceitualização de Benefícios Fiscais	10
2.4.1. Benefícios Fiscais X Incentivos Fiscais	11
2.4.2. Desagravamento Fiscal e Benefício Fiscal.....	12
2.4.3. Benefício Fiscal X Exclusão Fiscal.....	13
2.5. Objectivos dos Benefícios Fiscais.....	14
2.6. Classificação dos Benefícios Fiscais	15
2.7. Tipos de Benefícios Fiscais.....	17
2.8. Benefícios Fiscais às Empresas.....	19
2.9. Comparação do Benefício Fiscal à Escala Internacional	20
Capítulo III: Análise Empírica da Política de Benefícios Fiscais em Cabo Verde	22
3.1. Economia Cabo-Verdiana, situação actual e perspectiva.....	22

3.2. Benefícios Fiscais em Cabo Verde – Sector Beneficiários	25
3.2.1. Turismo	26
3.2.2. Benefícios Fiscais aos estabelecimentos ou empreendimentos turísticos instalados	27
3.2.3. Indústria.....	27
3.2.4. Benefícios Fiscais a trabalhadores estrangeiros equiparados	29
3.2.5. Exportações	30
3.2.6. Empresas francas, seus estabelecimentos, suas exportações e trabalhadores afectos	31
3.2.7. Instituições Financeiras Internacionais	33
3.2.8. Investimento Externo	35
3.3. Constrangimentos verificados a nível de controlo e acompanhamento	40
3.4. Renúncia Fiscal	40
3.5. Tratamento e análise dos Benefícios Concedidos	41
3.5.1. Evolução dos benefícios fiscais no triénio 2008 a 2010.....	41
3.5.2. Análise dos Benefícios Fiscais Concedidos em Cabo Verde no período 2008 a 2010 (em valor).	42
3.5.3. Análise da relação entre as receitas fiscais do Estado de Cabo Verde cobradas no ano de 2010 e os benefícios fiscais concedidos nesse mesmo ano.....	43
3.5.4. Evolução do Produto Interno Bruto no triénio 2008 a 2010	44
3.5.5. Contributo para Exportação.....	46
3.5.6. Contributo para o Investimento Directo Exterior	47
3.5.7. Contribuição para Criação de Emprego	48
3.6. Análise dos resultados da aplicação de questionário a 30 empresas	49
Conclusão.....	51
Bibliografia	53
Sitografia	55
Apêndice	56
Apêndice 1 - Questionário.....	56

Lista de Abreviaturas

BF	Benefícios Fiscais
CV	Cabo Verde
CGT	Código Geral Tributário
DGCI	Direcção Geral de Contribuições e Impostos
EF	Exclusão Fiscal
EI	Estatuto Industrial
IF	Incentivo Fiscal
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUR	Imposto Único sobre Rendimento
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
I&D	Investigação e Desenvolvimento
OE	Orçamento de Estado
PBF	Política de Benefícios Fiscais
PC	Pessoas Coletivas
PIB	Produto Interno Bruto
PS	Pessoas Singulares

Lista de tabelas

Tabela I: Evolução dos BF no Triénio 2008 a 2010.....	41
Tabela II: Receitas fiscais do Estado de Cabo Verde no período 2007 a 2011	44

Lista de Gráficos

Gráfico I: BF concedidos em 2010 (em %).....	42
--	----

Capítulo I: Nota introdutória

1. Introdução

A PBF é um tema actual, que tem funcionado como impulsionador das economias modernas em todos os países e Cabo Verde não foge à regra. Com a escolha deste tema, pretendemos demonstrar a importância dos Benefícios Fiscais - BF no desenvolvimento da economia de Cabo Verde, porque actualmente estão a funcionar como medidas de política governamental para o desenvolvimento de vários sectores de actividade económica existente e consequentemente, um contributo importante no desenvolvimento económico do país.

O sistema fiscal Cabo-Verdiano prevê várias formas de Benefícios Fiscais, que constituem elementos de extrema relevância para o desenvolvimento de qualquer país, pois são considerados instrumentos importantes para incentivar o desenvolvimento económico-social do País.

1.1. Apresentação e Justificação do Tema

A escolha do tema deve-se ao facto de ser um tema actual e de bastante interesse e pertinente para a academia.

Portanto, com a elaboração deste trabalho, pretende-se torná-lo num elemento útil de pesquisa, mostrando a sua importância, despertando interesse para mais trabalhos científicos nesta área, que vem ganhando um espaço cada vez mais crucial de grandes desafios.

Por este aspecto, o trabalho de investigação que nos propomos realizar tem como tema: Política de Benefícios Fiscais em Cabo Verde. O caso: Impacto dos Benefícios Fiscais

na Economia Cabo-verdiana no período 2008 a 2010, o qual surge como objecto de estudo.

É de realçar ainda, que na verdade o tema era Política de Benefícios Fiscais em Cabo Verde. O caso: Impacto dos Benefícios Fiscais na Economia Cabo-verdiana no período 2005 a 2010, mas devido a falta de informação e falta de dados por parte das entidades responsáveis pela mesma, senti-me obrigada a mudar o período, trabalhando assim com o período 2008 a 2010, uma vez que encontrei informações disponíveis e prontos a serem trabalhados.

1.2. Objectivos

A presente investigação tem como objectivo geral a análise dos PBF e a sua contribuição para o desenvolvimento económico do país. Para tal, definiram-se os seguintes objectivos específicos:

- Analisar os benefícios fiscais em Cabo Verde;
- Conhecer os objectivos dos incentivos fiscais na reforma fiscal Cabo – Verdiana;
- Analisar o impacto sobre as receitas da Administração Fiscal com a atribuição de incentivos fiscais no período em estudo;
- Analisar o impacto dos incentivos sobre o número de empresas que aderiram aos benefícios fiscais no período entre 2008 e 2010.

1.3. Pergunta de partida

Todo o trabalho orienta-se na tentativa de resposta à seguinte pergunta de partida: A política de benefícios fiscais adoptada pelo governo de CV propicia o desenvolvimento económico-social do país de forma sustentada?

1.4. Metodologia utilizada

Para a realização deste trabalho, foi feita uma investigação bibliográfica, documentos da WEB, análise da legislação Cabo-verdiana que rege a matéria e inquéritos e questionários.

1.5. Estrutura do trabalho

Passa-se a apresentar, resumidamente, a estrutura do trabalho. **O Capítulo I** destina-se à Nota Introdutória, tendo em conta as bibliografias consultadas. Pretende-se, primeiramente, fazer o enquadramento da Política Financeira do Estado, passando pelos impostos, para em seguida fazer a abordagem conceptual dos benefícios fiscais, seus objectivos, suas classificações e por fim os tipos existentes.

Sendo o **Capítulo II** de carácter eminentemente metodológico, identifica-se o tipo de estudo, os instrumentos e procedimentos utilizados na elaboração do trabalho e a análise empírica da Política dos Benefícios Fiscais em Cabo Verde.

O **Capítulo III** é destinado à análise de dados do questionário, bem como à apresentação dos resultados.

As considerações gerais, as conclusões do estudo numa perspectiva crítica, bem como algumas recomendações pertinentes, a ter em conta em trabalhos futuros, rematam a investigação.

Capítulo II: Fundamentação Teórica

2.1. Política Financeira do Estado

O Estado tem por objectivo promover o bem comum. Para tal, são tomadas medidas e implementadas várias actividades, onde cada qual tem um objectivo de tutelar determinada necessidade pública.

Antigamente, para a fomentação dessas actividades, era indispensável recorrer aos bens dos súditos e que eles o utilizassem no exercício das funções públicas. Mas hoje em dia, as pessoas pagam para a promoção do bem comum.

É importante reconhecer que o funcionamento do Estado conduz à existência de uma actividade financeira consistente na obtenção de recursos, que a partir daí, torna possível a existência das demais actividades, tais como: Manutenção da ordem interna; Defesa contra eventual inimigo externo; Aplicação do Direito aos casos controvertidos; Feitura das leis que regerão a comunidade; Prestação de serviços públicos; Construção de estradas; Fiscalização de actividades particulares; Acesso à educação e saúde; Estabilidade macroeconómica.

A implementação dessas actividades envolve custos, que são cobertos pelo Estado. Por esta razão, o Estado necessita de recursos ou receitas. E uma das formas do Estado obter receitas é através da cobrança de impostos, isto é, constitui tradicionalmente a maior fonte de receitas do Estado.

2.2. Caracterização do Imposto

A palavra Imposto veio do Latim “impositu”, que significa obrigado a aceitar ou a realizar à força. É uma contribuição financeira que o Estado exige das pessoas singulares ou colectivas, a fim de fazer face às despesas públicas.

O imposto é uma quantia paga obrigatoriamente por pessoas ou organizações ao governo, a partir de uma base de cálculo e de um factor gerador. É uma forma de tributo e tem como principal finalidade financiar o Estado.

Montesquieu, 1974 (citado por Assis Tavares, op. cit., pg.21) definia o imposto como a porção que cada cidadão dá dos seus bens para ter a segurança dos outros ou para poder gozá-los pacificamente. O imposto não constitui um dever, mas sim um pagamento de um serviço de segurança, não competindo ao Estado senão uma função policial a exercer.

Do acima exposto, vê-se que os impostos trazem na sua definição as seguintes características:

- a) É uma prestação pecuniária;
- b) É de carácter coactivo;
- c) É definitivo;
- d) Sem contrapartida ou unilateral;
- e) Sem carácter de sanção;
- f) É lançado segundo regras fixas, mediante as quais deve ser calculado e cobrado;
- g) Destina à realização de uma utilidade pública concretizada na satisfação de necessidades comuns;
- h) É devido pelos indivíduos pelo facto de fazerem parte de uma comunidade política organizada.

Aqui, em Cabo Verde, há vários tipos de imposto, dentre os quais se destacam: o IUR e o IVA.

2.3. A Evolução e a Reforma Fiscal

“Cabo Verde é um país ainda jovem, o que remete em termos históricos poucas evoluções, contudo, a sua história do Sistema Fiscal pode ser entendida por três etapas, a saber:

- Primeira Etapa – Período Colonial

O Sistema Fiscal Cabo-verdiano teve a sua origem no regulamento da Fazenda Pública Colonial Portuguesa em 1901, motivado pelo interesse de adotar um orçamento de funcionamento para Cabo Verde. Em 1901, Portugal tinha definido um sistema fiscal para o Arquipélago, onde constavam as linhas mestras de um sistema fiscal parcelar, isto é, constituído por vários impostos cedulares, dos quais constavam: Contribuição Industrial, cujo regulamento foi aprovado em 1926, através do Decreto Legislativo n.º 46 de 11 de Dezembro; Contribuição Predial, cujo regulamento foi aprovado em 1933, através do Diploma Legislativo n.º 315, revogando o Decreto de 04 de Maio de 1893; As Vicissitudes dos Impostos Indirectos no Sistema Fiscal Cabo-verdiano. O imposto de selo foi aprovado em 1930 pelo Diploma Legislativo n.º 247.

Posteriormente, em 1954, foi aprovado um novo regulamento do mesmo imposto através do Diploma Legislativo n.º 1193 de 1954; Imposto sobre Sucessões e Doações e Sisa sobre transmissão de imobiliários por título oneroso aprovado em 1946, pelo Diploma Legislativo n.º 901; Contribuição de Juros, aprovada em 1933 pelo Diploma Legislativo n.º 388 de 16 de Fevereiro; Imposto de Defesa, cujo regulamento foi aprovado em 1947, pela Portaria n.º 3: 349.

- Segunda Etapa coincidente com a Independência até 1992

Na segunda etapa, que compreende o período de 1963 a 1992, deu-se a materialização do Sistema Parcelar tendo em conta as profundas alterações operadas no sistema e particularmente a independência de Cabo Verde, embora não implicando o abandono total do sistema fiscal imposto ao longo dos anos.

Nesse período, alargou-se a base tributária da Contribuição Industrial, incluindo a este os rendimentos agrícolas, através do Diploma Legislativo n.º 1542 de 12 de Junho de 1963;

Introduziu-se o Imposto Profissional, cujo regulamento foi aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1543 de 12 de Junho de 1963, em que a base tributária era rendimento do trabalho;

Foi introduzido o Imposto Complementar, através do Diploma Legislativo n.º 1545 de 12 de Junho de 1963, cuja base tributária era rendimento global (Rendimento Trabalho, Rendimento Predial, Rendimento Comercial, Industrial/Agrícola/Serviço, Contribuição de Juros e Rendimento de Capitais).

Em 1984 foi aprovado o Plano Nacional de Contabilidade e as Vicissitudes dos Impostos Indirectos no Sistema Fiscal Cabo-verdiano.

● Terceira Etapa – (de 1992 – à presente data)

Com a liberalização do mercado e a passagem da economia nacional para economia de mercado assente na iniciativa privada e devido à elevada fraude e evasão fiscal conjugado com uma grande injustiça social, fez com que as autoridades consagassem no II Plano de Desenvolvimento, um programa de reforma do sistema fiscal. A reforma fiscal iniciada em 1992 teve o seu conteúdo programático no programa do primeiro governo constitucional da segunda república, aprovado e publicado no Boletim Oficial n.º 31 de Agosto de 1991, através da Resolução n.º 6/11/91, onde se reconhecia que “o sistema financeiro cabo-verdiano, na sua configuração actual encontrava-se desfasado das necessidades de desenvolvimento do país. Com esta reforma, fez-se uma reestruturação profunda do sistema fiscal com um duplo objectivo:

A regularidade de entrada das receitas nos cofres do Estado por forma a suportar as despesas públicas do país.

A implementação de um sistema tributário justo e igualitário.

Assim, em 1992 deu-se o primeiro passo no sentido da reforma do sistema fiscal, iniciando-se a terceira etapa, tendo como uma das prioridades a consolidação e o desenvolvimento da reforma do sistema fiscal, entendida em duas fases:

A primeira, referente à tributação sobre os rendimentos;

A segunda, virada para tributação sobre a despesa.

Já em 1992, com a publicação da nova Constituição da República, foram consagrados os princípios gerais do sistema fiscal cabo-verdiano, estatuídos nos Artigos 96º e 97º do citado diploma, onde se estabeleceram efectivamente o âmbito e a natureza da interligação entre a satisfação das necessidades financeiras do Estado e demais entidades públicas e a realização das Vicissitudes dos Impostos Indirectos no Sistema Fiscal Cabo-Verdiano da política económica e social do Estado, em conjugação com a garantia da justa repartição dos rendimentos e da riqueza.

Igualmente, foi consagrado o princípio da legalidade tributária, onde ninguém pode ser obrigado a pagar impostos que não tenham sido criados pela Constituição ou cuja liquidação e cobrança não sejam feitos nos termos da lei. Foram estabelecidas importantes garantias ao contribuinte através do princípio da não retroactividade da lei fiscal e pela proibição do alargamento da base de incidência ou agravamento das taxas dos impostos no mesmo exercício financeiro.

Nos finais de 1992, pela Lei n.º 37/IV/92, veio a ser aprovado, pela Assembleia Nacional, o Código Geral Tributário, onde, de uma forma mais ampla e generalizada, definitivamente se estatuíram todos os princípios gerais tributários, salientando-se a definição programática da reforma da tributação do rendimento que através do artigo 4º do citado diploma legal, estabelece que o imposto sobre o rendimento pessoal visará a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar.”

Desde meados de 90, uma série de reformas económicas têm sido implementadas para a criação de um quadro legal e institucional característico de uma economia de base privada, regulada pelos mecanismos de mercado.

As grandes linhas da política económica traduziram-se na continuação do processo de infra-estruturação do País, no desenvolvimento da capacidade exportadora de bens e serviços, na atracção do investimento externo, no desenvolvimento económico centrado no sector produtivo através da promoção da iniciativa privada e no desenvolvimento dos sectores financeiro e tecnológico.

Para alcançar com eficiência e eficácia tais objectivos, o Estado deve criar um quadro legal e institucional adequado, através da adopção de políticas macroeconómicas racionais, e também deve criar um sistema de incentivos capazes de atrair e influenciar as empresas e grupos económicos na tomada de decisões de investimentos em sectores produtivos e competitivos.

De entre todas as características dos sistemas fiscais, aquele que se pode considerar o mais importante do ponto de vista da administração financeira, é o rendimento fiscal, pois trata-se de uma medida que proporciona ao Estado receitas suficientes para fazer face a uma parcela significativa de despesas públicas e cumprir os objectivos que se propõem alcançar.

Ao procurar definir um sistema caracterizado por um rendimento fiscal elevado, o Estado tenta criar condições para actuar com liberdade e sem que as suas opções sejam condicionadas por dificuldades financeiras a curto prazo. A rentabilidade do sistema terá de ser aferida regularmente face às condições económicas e depende de um conjunto de características nem sempre fáceis de reunir, por exemplo:

- ***Regularidade das Receitas***, é determinante que o Estado organize as cobranças, de forma a respeitarem as regras legais, com aceitação social legitimante e ainda com normalidade e regularidade no tempo, optando-se assim por um sistema

com entradas diferidas e programadas nos cofres do Estado das colectas dos diferentes impostos.

- ***Redução ao mínimo das despesas com a cobrança de impostos***, isto exige uma Administração Fiscal eficiente e económica, e pouco numerosa em efectivos de pessoal, bem como métodos administrativos menos onerosos para o Estado.

A nível de criação de incentivos, os sectores da indústria e do turismo foram os mais privilegiados com a utilização de instrumentos fiscais de promoção sectorial nomeadamente criação e implementação do Estatuto Industrial (Decreto Legislativo n.º 13/2010 de 8 de Novembro) e o Estatuto de Utilidade Turística (Lei n.º 55/VI/2004 de 10 de Janeiro).

2.4. Conceitualização de Benefícios Fiscais

Os benefícios fiscais são instrumentos de política económica, utilizada pelo Governo com o intuito de desenvolver determinado sector económico, região e em última instância uma economia.

“ Consideram-se benefícios fiscais as medidas de carácter excepcionais instituídas para a tutela de interesses públicos extra fiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impedem.” (N.º 1 do artigo 31.º do Código Geral Tributário (CGT)).

De acordo com o Gomes, Nuno Sá (1999)¹, os Benefícios Fiscais são desagravamentos excepcionais estabelecidos na lei para tutela de interesses públicos extra fiscais relevantes que, na óptica do legislador fiscal são constitucionalmente superiores ao interesse da tributação.

Segundo o Lourenço, João Cabrito (2000)², os **BF** são considerados um instrumento da Política Económica, devendo por isso obedecer a princípios e a regras claramente definidos, e salvaguardar a igualdade tributária e o equilíbrio do sistema tributário, evitando assim as distorções desnecessárias na tributação dos rendimentos e provocando excesso na despesa fiscal, consequentemente o aumento da carga tributária para os sujeitos passivos que não beneficiam dos incentivos.

Ainda o conceito de BF encontra-se definido na lei nº 37/IV/92, de 18 de Janeiro, que aprova o CGT (art. 31º nº 1).

2.4.1. Benefícios Fiscais X Incentivos Fiscais

O BF e IF diferem um do outro, visto que os BF e IF têm funções respectivamente distintas:

- A de oferecer BF em termos estáticos, a situações já consumadas por razões política, sociais, de defesa diplomática, religiosas, culturais;
- A de oferecer em termos dinâmicos, incentivos a actividade dos sujeitos que se dirigem e que se pretende desenvolver no futuro.

Benefícios Fiscais são as isenções, as reduções das taxas, as deduções, a matéria colectável e a colecta, as amortizações e reintegrações. O BF tem natureza estática e sugere aplicar-se a uma situação já consumada e o Incentivo Fiscal é apenas um

¹ Nuno Sá Gomes, em Manual de Direito Fiscal, Vol. 2, 1999, pág. 81-82.

² João Cabrito Lourenço, «A auditoria Fiscal» Gestão e Planeamento Fiscal. 2ª Edição, Vislis Editora, Lda., Lisboa, 2000.

benefício, isto é, o estado oferece benefícios para que o contribuinte cumpra a condição imposta que confere direitos adquiridos aos beneficiários que cumpram condição, para que não sejam suprimidos. E também é um estímulo fiscal que condiciona um determinado comportamento. Os incentivos fiscais não devem ser aplicados a situações já consumadas.

2.4.2. Desagravamento Fiscal e Benefício Fiscal

Não há coincidência entre desagravamento fiscal e benefício fiscal, dado que o desagravamento fiscal é uma medida fiscal estrutural inerente ao modelo da tributação-regra e é mais amplo do que o BF.

“... o conceito de benefício fiscal não se confunde com o conceito de desagravamento fiscal, pois este abrange, grosso modo, os desagravamentos estruturais inerentes ao modelo da tributação-regra e os benefícios fiscais os desagravamentos excepcionais face à tributação-regra.”

“Consideram-se Benefícios Fiscais as medidas de carácter excepcionais instituídas por tutelas de interesses públicos extra fiscais relevantes que sejam superiores aos da própria tributação que impedem”. Gomes, Nuno de Sá (1999)³

Por um lado temos o benefício fiscal que são desagravamentos excepcionais estabelecidos na lei para tutela de interesses públicos extra fiscal relevantes, que na óptica do legislador fiscal são superiores ao interesse da tributação que impedem e, por outro, temos o desagravamento fiscal que é o próprio legislador fiscal que desagrava, por razões estruturais de política fiscal, as manifestações de riqueza que o mesmo pretende separar da tributação-regra.

³ Gomes, Nuno de Sá (1999)- Manual de Direito Fiscal, Volume II, 8ª Edição, Editora Rei dos Livros, pág.85-86.

Então podemos dizer que desagravamentos estruturais são os custos fiscais que afetam a cobrança das receitas dos impostos (amortizações e reintegrações, taxas degressivas, deduções específicas e abatimento personalizado, etc.).

Exemplos de desagravamentos fiscais estruturais, no sistema fiscal cabo-verdiano:

- Os juros de depósitos a prazo, de todos os depositantes, excepto emigrantes: 20%;
- Os restantes rendimentos de aplicação de capitais, entre os quais: dividendos, participações em lucros de sociedades, antecipação de lucros e mais-valia: 15%;
- Os rendimentos auferidos por não residentes, mesmo que não tenham estabelecimentos estáveis, a incidirem sobre o valor da facturação: 20%;
- Os rendimentos provenientes de ganhos de jogos, lotarias e apostas mútuas: 15%.

Esses rendimentos são tributados de acordo com a taxa liberatória, (vide o artigo 17º nº 3 da Lei nº 23/VIII/2013, de 31 de Dezembro) e não pela tributação-regra, que as taxas são, de acordo com artigo 17º nº 1 e 2 da Lei que Aprova o Orçamento de Estado para 2013, de 15% para os contribuintes do método de estimativa e de 25% para os contribuintes do método de verificação. Os contribuintes do método declarativo são tributados por taxas de retenção na fonte, nos termos da legislação fiscal em vigor.

2.4.3. Benefício Fiscal X Exclusão Fiscal

Do mesmo modo os BF não se confundem com Exclusão fiscal ou situações de não sujeição tributária. Pois os BF, como já referido, são factos que estando sujeitos a tributação são impeditivos ao nascimento da obrigação tributária, ou seja, são factos que impedem total ou parcialmente, que a obrigação tributária tenha lugar. As EF ou a não sujeição tributária, são por seu termo, medidas fiscais estruturais de carácter normativo que estabelecem delimitações negativas expressas na incidência.

Exemplo de EF em Cabo Verde:

- Os rendimentos dos títulos de tesouro;
- Os rendimentos de trabalho dependente no valor igual ou inferior a 220 contos. (isso devido ao facto de ter havido alteração na alíneas *a)* do artigo 12º, e *a)*, *b)* e *c)* do número 1.1 do artigo 16º do Regulamento do IUR, aprovado pelo Decreto-Lei nº 1/96, de 15 de Janeiro, passando assim de igual ou superior a 180 contos para igual ou inferior a 220 contos: O.E 2012 artigo 30º)

Não obstante, as delimitações negativas da incidência acima referida, o nº 3 do art. 32 do CGT estabelece que, sempre que julgar necessário, pode a Administração Fiscal exigir dos interessados os elementos necessários para o cálculo da receita que deixara de cobrar por efeito de situação da não sujeição tributária.

Este dispositivo legal equivale a uma cláusula de salvaguarda, pois traduz o controlo que o Estado deseja manter sobre a generalidade das perdas de Receitas Fiscais concedidas através de média de Política Fiscal.

2.5. Objectivos dos Benefícios Fiscais

- Investimento produtivo;
- Investigação e desenvolvimento;
- Protecção e defesa do ambiente;
- Poupança e aplicação de capitais
- Emprego e formação profissional
- Concentração e cooperação empresarial;
- Desenvolvimento regional;

- Cultura e património cultural;
- Habitação;
- Fomento do cooperativismo;
- Protecção de pessoas portadoras de deficiência.

2.6. Classificação dos Benefícios Fiscais

Os BF podem ser classificados de várias formas, das quais se destacam as seguintes:

- BF gerais e especiais;
- BF objectivos, subjectivos e mistos;
- BF totais e parciais;
- BF puros e condicionados;
- BF expressos e implícitos.

Benefícios Gerais - são os que são aplicáveis a todos os impostos.

Benefícios Especiais - são os que são aplicados em certo tipo de impostos.

Benefícios Objectivos - são elementos objecto do facto desagravado nos impostos sobre a riqueza sem atender a natureza e qualidade dos beneficiários.

Benefícios Subjectivos - são elementos subjectivos ou pessoal do facto desagravado, ou seja, a natureza ou qualidade das pessoas a beneficiar (estado, Igrejas, pessoas colectivas de utilidade pública, etc.).

Benefícios Mistos - são aqueles atribuídos simultaneamente a elementos objectivos e subjectivos do facto desagravados.

Benefícios Totais - abrangem a totalidade do facto tributário.

Benefícios Parciais - são aqueles em que a obrigação tributária se constitui, mas a prestação de dívida é menor do que se não existisse o benefício.

Benefícios Puros - quando a eficácia do facto desagravado não fica dependente da verificação de qualquer pressuposto acessório.

Benefícios Condicionados - quando a respectiva eficácia fica dependente da verificação de certos pressupostos acessórios secundários.

Benefícios Expressos - são estabelecidos explicitamente para beneficiar objectiva ou subjectivamente os factos desagravados.

Benefícios Implícitos - quando o benefício fiscal previsto no imposto implica necessária e automaticamente outro benefício fiscal noutro imposto.

Mas também podemos classificar os BF quanto à natureza e quanto ao aspecto temporal:

Quanto à natureza:

Os benefícios fiscais podem ser automáticos ou dependentes de reconhecimento.

Os benefícios fiscais automáticos são os que resultam directa e imediatamente da lei (ver nº1 artigo 33º do CGT)

Ex: os benefícios previstos anualmente no orçamento do Estado, como por exemplo incentivos à formação de jovens, à contratação de pessoas portadoras de deficiência, etc.

Os benefícios fiscais dependentes de reconhecimento são os que pressupõem um ou mais actos posteriores de reconhecimento, ou seja, os que resultam de actos administrativos ou de acordo entre a administração fiscal e o interessado, nomeadamente através do contrato fiscal, ou seja, os benefícios fiscais concedidos pelo Decreto-Legislativo nº 13/2010 de 8 de Novembro sobre Estatuto Industrial.

Quanto ao aspecto temporal:

Os benefícios podem ser permanentes ou temporários.

Os benefícios com carácter permanente são os que derivam de diplomas legais autónomos, aprovados especificamente para o efeito e que permanecem no tempo enquanto não forem revogados.

Decreto-Legislativo n° 13/2010 de 8 de Novembro sobre Estatuto Industrial.

Os Benefícios fiscais com carácter temporal são os que foram concedidos através da Lei do Orçamento do Estado. São geralmente válidos pelo período da vigência do próprio orçamento e em alguns casos pelo tempo indicado no próprio orçamento

.

2.7. Tipos de Benefícios Fiscais

Segundo o n° 2 do artigo 31° do CGT existem os seguintes tipos de benefícios fiscais, no sistema fiscal cabo-verdiano:

- Isenções
- Reduções de taxas
- Deduções à matéria colectável
- Amortizações e reintegrações aceleradas
- Outras medidas fiscais que obedecem às características enunciadas na definição de benefícios fiscais.

Isenções: é quando houver dispensa legal do pagamento do imposto e constitui a forma de benefício fiscal mais utilizada em Cabo Verde. A isenção difere do conceito de exclusão social por esta ser normalmente uma medida fiscal estrutural, de carácter

permanente, não sujeita à tributação, enquanto que a isenção é uma medida fiscal excepcional, geralmente de carácter temporário, sujeita a tributação mas entretanto dispensada da obrigação do pagamento do imposto.

Dedução à matéria colectável – depois da isenção é a forma de benefícios fiscais com maior possibilidade de ocorrência em Cabo Verde, pois, conforme decorre da lei, a dedução à matéria colectável, enquanto medida excepcional, só é consentida em caso de reinvestimento da totalidade dos lucros obtidos pela empresa na mesma ou noutra actividade económica ou ainda em caso de despesas feitas pela empresa com a formação do pessoal de nacionalidade cabo-verdiana. Está-se, neste caso, perante situações concretas em que o benefício fiscal é concedido através de critérios claros, objectivos e práticos, como de resto seria desejável para as outras formas.

Redução de taxa – consiste na alteração de taxas utilizadas na tributação-regra, para valores inferiores ao da tributação normal, ficando o beneficiário dispensado do pagamento de apenas uma parte do imposto a que está sujeito e obrigado ao pagamento da parte que resulta da aplicação da taxa (reduzida) sobre a matéria colectável.

Amortização e reintegrações aceleradas - As amortizações e reintegrações aceleradas são normalmente utilizadas quando os elementos do activo imobilizado corpóreo são sujeitos a desgaste mais rápido do que o normal, em consequência de laboração em mais do que um turno ou de outras causas devidamente justificadas. Podem ser aplicadas sobre qualquer método de amortização e reintegração que estiver a ser utilizada pela empresa, mediante a aplicação de um **acrécimo percentual** (vide artigo 33º da Lei nº 43/IV/97, de 31 de Dezembro e nº3 do artigo 32º do RIUR) sobre a quota que estiver a ser aplicada.

São excluídas do âmbito da aplicação desta medida os seguintes elementos do ativo imobilizado corpóreo:

Edifícios e outras construções; Bens sujeitos a condições intensivas de exploração.

2.8. Benefícios Fiscais às Empresas

De acordo com Nuno de Sá Gomes, na revista técnica fiscal nº 180-98, qualquer benefício fiscal ao investimento pode ser considerado como uma medida que tem por objectivo aumentar o fluxo esperado de lucros líquidos de impostos derivados desse investimento, de igual modo com o seu custo no momento da sua decisão de investir, ou seja, os benefícios fiscais ao investimento devem ser perspectivados quanto à influência que possam exercer sobre a eficiência marginal do investimento a realizar e o custo dos fundos destinados a financiá-lo.

Relativamente aos fundos destinados a financiar o investimento e os benefícios fiscais actuam com o foco sobre o montante global dos meios financeiros disponíveis, sem prejuízo de poderem discriminar a favor de alguns deles. Deste se englobam todas as medidas que favorecem o auto financiamento das empresas, assim como a formação de poupança pelos particulares e a sua aplicação produtiva.

Os incentivos dividem-se em dois grandes grupos, conforme os Impostos a que se referem:

- Os BF do IUR estão centrados no imposto único das pessoas colectivas. Tomam a forma de isenções, reduções de imposto, utilização de taxas reduzidas, deduções da matéria colectável, isenção ou redução de imposto sobre lucro distribuído, etc.
- Os IF de carácter aduaneiro são isenções ou reduções, concedidas somente para a importação de bens que não sejam produzidos no país em condições similares de preço, qualidade e prazo de entrega.

2.9. Comparação do Benefício Fiscal à Escala Internacional

A comparação é difícil em termos de BF, pois há uma escassez de estudos de fiscalidade comparado à escala internacional. Por um lado, ninguém gosta de exhibir as suas armas e por outro, o alcance da comparação torna-se mais difícil de realizar e aprender, dado que o real significado de cada benefício não pode ser desligado do conjunto do sistema fiscal em que está inserido.

Em alguns estudos detectados são mencionadas as dificuldades de cada situação económica, tendentes a gerar novas motivações para o surgimento de BF. E determinados estudos permitem detectar algumas tendências comuns na evolução recente dos BF em diversos e importantes países europeus, circunstância a que evidentemente não é alheia a similitude das dificuldades económicas por eles vividas.

Entre essas tendências, destacam-se as seguintes:

- Criação de benefícios, visando apoiar o investimento em investigação e o desenvolvimento tecnológico (I & D);
- Criação de benefícios centrados nas pequenas e médias empresas;
- Criação de incentivos ao capital de risco;
- Definição dos incentivos à empresa de acordo com uma orientação centrada na selectividade.

De acordo com Carlos dos Santos (1999), os BF são sempre considerados privilégios para quem os recebe e são sempre pagos por quem não recebe. Nos importa que tais privilégios sejam política e socialmente fundamentados de legitimidade. Deste modo, devem ser concedidos pelo princípio da legalidade. Quem os propõe deve esclarecer bem claro o seu alcance e quantificar muito bem a perda de receitas que daí provavelmente advirá.

Todos os incentivos de qualquer natureza, quer estrutural quer conjuntural deveriam ser objecto de quantificação e avaliação, por isso também, por razão de justiça, deverá privilegiar-se o recurso às deduções que colectam em detrimento de recurso aos abatimentos à matéria colectável. Os incentivos devem ser extraordinários e selectivos, por um lado devem ser estabelecidos de acordo com as prioridades definidas pelo poder político e, por outro lado, deveria haver em cada exercício, um *plafond* para a despesa fiscal.

Os BF são medidas que aliviam o impacto dos impostos através da redução de créditos fiscais, taxas e mecanismos, em reconhecimento dos encargos com investimento cultural ou social, incluindo o desenvolvimento económico do país.

Capítulo III: Análise Empírica da Política de Benefícios Fiscais em Cabo Verde

3.1. Economia Cabo-Verdiana, situação actual e perspectiva

Cabo Verde é um país independente desde 1975, é constituído por dez ilhas e treze ilhéus, situa-se a cerca de 450 km do Senegal. Tem uma superfície de 4033 quilómetros quadrados e uma zona económica exclusiva estimada em 700 mil quilómetros quadrados. Os recursos naturais são raros, solos pobres, apenas 10% da terra são potencialmente aráveis.

A população cabo-verdiana está estimada em 491.575 indivíduos, conforme o censo de 2010 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística. Nos últimos 10 anos a população cresceu a um ritmo médio anual de 1,2 por cento, passando o tamanho médio dos agregados familiares a 3,9 pessoas. Boa Vista é a ilha que mais cresceu, duplicando os seus habitantes para pouco mais de 9 mil.

Nestes dez anos a população da Boa Vista mais que duplicou, passando de 4.209 para 9.162, um crescimento de 7,8 por cento. Segue-se Sal, com um crescimento de 5,5%. O turismo e a imobiliária são, como é evidente, as razões desse salto, contrariando a tendência de desertificação registada nos dois censos anteriores. No extremo oposto estão Santo Antão (-0,72), Maio (0,3) e Brava (-1,3 por cento), ilhas cujo crescimento populacional diminuiu.

Santiago é a ilha onde continua a residir a maioria da população: 273.919, o corresponde a 56%, seguida de S. Vicente (15,5% - 76.107), Santo Antão (8,9% - 43.915), Fogo (7,5% - 37.051), Sal (5,2 % - 25.657), S. Nicolau (2,6 % - 12.817)... Maio com 6.952 (1,4 %) e Brava com 5.995 (1,2%) são as duas ilhas habitadas menos populosas de Cabo Verde.

Este censo reitera que há ligeiramente mais mulheres do que homens em Cabo Verde, em cerca de um por cento, isto é, dos 491.575 habitantes, 248.260 são mulheres (50,5 %) e 243.315 (49,5%) homens. Os agregados familiares têm 3,9 pessoas.

Actualmente, 62% da população cabo-verdiana reside no meio urbano, contra 38% do meio rural. Em termos de faixa etária, mais de 30% tem entre os zero e 19 anos, e apenas 0,3 por cento do total tem mais de 90 anos.

Os dados recolhidos pelo INE demonstram, outrossim, que Praia é o concelho mais povoado, albergando ligeiramente mais de um quarto da população do país (26,9%). De igual modo, reagrupa 48% da população da ilha de Santiago.

São Vicente e Santa Catarina são o segundo e o terceiro concelhos mais povoados do país, onde vivem, respectivamente, 15,5% e 8,8% da população. Em Santo Antão, o essencial da população da ilha vive nos concelhos e Ribeira Grande e Porto Novo (respectivamente 43% e 41%). No Fogo, 60% da população vive no concelho de São Filipe e um quarto (25,7%) nos Mosteiros.

A economia nacional registou um forte crescimento económico, em Cabo Verde, no decurso da última década, o que levou à modificação da sua estrutura económica. Esta situação teve um impacto relevante sobre a repartição dos recursos entre os sectores, os preços relativos, os rendimentos dos factores produtivos, etc. Por outro lado, a forte pressão demográfica, combinada com os fenómenos de degradação dos solos na agricultura teve um impacto negativo sobre o rendimento rural por habitante.

Ao comparar Cabo Verde com outros países do mesmo nível de rendimento, verifica-se que é completamente desigual.

Vários factores contribuíram para o desempenho positivo da economia em 2008, tendo em conta os seguintes:

De acordo com as estimativas mais recentes, a economia cabo-verdiana manteve em 2008 a boa tendência dos últimos anos, tendo o PIB real apresentado um crescimento em torno dos 6%. Apesar de estar abaixo do valor registado no ano transacto em cerca de 1,8 p.p., situa-se num patamar favorável tendo em conta os actuais desenvolvimentos na esfera internacional, caracterizada pelos efeitos nefastos da recessão económica em cadeia vivenciado por diversos países, com destaque para os da zona euro que se figura como uma referência para Cabo Verde.

Em relação às receitas totais, incluindo donativos, atingiram os 29,6% do PIB e relativamente às despesas, totalizaram cerca de 31,2% do PIB, o que tem sido coerente com a estabilidade macroeconómica e com a sustentabilidade da dívida.

Os investimentos públicos alcançaram uma execução de 16.603,8 milhares de contos, o que representa cerca de 94,4% do orçamentado e um crescimento de 18,9% face ao período homólogo do ano anterior.

Com referência ao sector monetário e cambial, o destaque vai para a boa acumulação das reservas internacionais no valor total de 278,75 milhões de euros, de acordo com os dados mais recentes, o que representa um aumento em termos absolutos de 21 milhões de euros, portanto cerca de 8,2% acima do registado em 2007. Este montante equivale a quatro meses de importação efectiva do ano.

A situação das finanças públicas apresenta um melhoramento no resultado, não só as receitas fiscais aumentaram, em virtude de um bom desempenho do IVA e do IUR, mas também de uma boa execução das receitas não fiscais, conjugada com uma boa execução das despesas de investimentos, canalizados essencialmente para a infra-estruturação económica do país, atingindo uma média de 12,4% do PIB, do que o valor registado em 2007.

A evolução da economia cabo-verdiana em 2009 aponta para um crescimento do PIB real em torno dos 5%. É de se salientar que com o objectivo de impulsionar o crescimento da actividade económica em 2009, o governo decidiu adoptar diversas medidas de entre as quais se destaca a reprogramação do Orçamento do Estado - OE, ou seja, resultando no programa de investimento público em cerca de 15% face ao inicialmente orçado. Com este importante reforço pretende-se, garantir a dinâmica da procura interna quer através do investimento quer através do consumo, cujos reflexos se farão sentir igualmente no nível da expansão do crédito à economia.

Por outro lado, conforme as informações avançadas pelo Boletim de Conjuntura do INE, denotam uma retoma do crescimento económico. O indicador de clima evidenciou uma inversão da tendência descendente que vinha seguindo desde de 2008, ficando o

seu valor acima da média da série. Contudo, os sectores do turismo e da construção evoluíram desfavoravelmente nesse período, estando os níveis de confiança em patamares não registados há mais de três anos. Os principais obstáculos apresentados para este cenário dizem respeito à insuficiência da procura e as dificuldades financeiras – influenciadas pela recessão económica mundial – o que se traduz na diminuição das encomendas e das perspectivas de venda. Todavia, o indicador evoluiu positivamente para o Comércio em feira e para a Indústria Transformadora.

Para o ano 2010, o Governo pretendeu reduzir a pressão fiscal sobre as famílias, repor o poder de compra do Contribuinte e cumprir o acordo de Concertação Estratégica 2007-2011. Para tal, não só procedeu à actualização dos escalões do IUR – PS em 3%, mas ainda pretendeu reduzir a pressão fiscal sobre as famílias, propondo-se o aumento da dedução e dos limites dos encargos da educação e de saúde, visando uma maior participação do Estado nessas despesas essenciais e consequentemente o aumento do rendimento disponível das famílias, dando seguimento as intervenções na economia por via fiscais, iniciado em 2002, com redução das taxas do IUR de 20% para 15% dos contribuintes do método de estimativa e 35%, 30% e 25% para as empresas do método de verificação.

3.2. Benefícios Fiscais em Cabo Verde – Sector Beneficiários

Devido à dispersão das normas dos BF, a sua eficiência e a sua aplicação era um pouco incomoda, deste modo tornou-se necessário a criação de uma única norma que agregasse todas elas, daí surgiu o Código de Benefício Fiscal através da Lei 26/VIII/2013, que veio agregar as várias normas sobre BF num único, tornando mais cómodo e eficiente a aplicação.

Com o surgimento da Lei nº 26/VIII/2013, B.O nº 4 de 21 de Janeiro, os BFs passaram a ser considerados desgravamentos fiscais que materialmente representam excepções ao princípio de igualdade tributária, fundamentados por superiores razões de política económica e social ou de outra natureza extra fiscal.

Já agora, os BF podem apresentar a forma de isenção, redução de taxas, crédito de imposto, dedução à matéria colectável e à colecta.

3.2.1. Turismo

Quanto ao sector turístico, os incentivos fiscais encontram-se regulados nos diplomas em anexo a este trabalho.

O objectivo principal da lei de base é a promoção do desenvolvimento do turismo nacional, como forma de contribuir para a viabilização do conjunto da economia do país e para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população, assegurando:

- O equilíbrio das relações económicas externa;
- O aumento do nível de geração de emprego e qualificação da força do trabalho nacional;
- A valorização adequada das condições naturais do país e da cultura cabo-verdiana;
- A contribuição para o desenvolvimento regional e local do país;

O objectivo da lei de utilidade turística é a definição dos critérios para sua atribuição, requisitos nela definida e suas disposições regulamentares. (lei nº 55/VI/2005, de 10 de Janeiro, prevê 3 modalidades turísticas: utilidade turística de instalação, de funcionamento e de remodelação)

Como beneficiários do estatuto de utilidade turística constam:

- Os estabelecimentos ou empreendimentos turísticos, novos, instalados e remodelados;
- Os trabalhadores estrangeiros.

3.2.2. Benefícios Fiscais aos estabelecimentos ou empreendimentos turísticos instalados

Os estabelecimentos ou empreendimentos turísticos instalados, que preenchem os requisitos legais, têm um estatuto de utilidade turística de funcionamento, a qual se traduz no gozo de:

- 100% de isenção do IUR, durante os primeiros 5 anos de funcionamento;
- 50% de isenção do IUR, durante o segundo e terceiro quinquénio de funcionamento, prolongado por mais de 2 anos, sempre que os estabelecimentos ou empreendimentos se situarem fora das áreas urbanas do concelho da Praia, São Vicente e Sal.

3.2.3. Indústria

No que diz respeito ao sector da indústria vigoram os diplomas legais em anexo.

Em conformidade com a lei base, o desenvolvimento industrial contribui para a viabilização do conjunto da economia nacional e para a melhoria do nível e da qualidade de vida da população.

O estatuto industrial tem como objectivo primeiro incentivar, do ponto de vista fiscal, as empresas e as actividades industriais, quer do ponto de vista da produção, quer nas perspectivas de importação, exportação, reexportação industrial nova e indústrias instaladas fora dos centros urbanos principais.

Os beneficiários dos incentivos previstos na lei são:

- As empresas industriais inscritas no cadastro industrial e cujos projectos se achem averbados no referido cadastro (a concessão de incentivos previstos no estatuto industrial - art.28º a 45º- depende, além da inscrição da empresa e averbamento dos respectivos projectos industriais no cadastro industrial, e ainda

de solicitação fundamentada por parte da empresa beneficiária através do modelo próprio regulamentado);

- Os trabalhadores estrangeiros ou cidadãos cabo-verdianos equiparados.

O estatuto industrial (EI) prevê os benefícios às indústrias de carácter fiscal em relação aos benefícios de carácter fiscal, para além dos gerais e dos destinados a incentivar a exportação e reexportação, este estatuto prevê ainda, incentivos regionais e industriais novos, quando os benefícios aduaneiros forem direccionados para incentivar a importação, a exportação ou reexportação e a produção das empresas industriais beneficiárias. (art.30º - 45º)

3.2.3.1. Benefícios Fiscais a empresas Industriais

No que se refere aos incentivos fiscais, o EI (art. 41º) prevê a favor das empresas industriais:

- Isenção do IRU⁴ – quanto aos rendimentos gerados por cada novo estabelecimento industrial averbado, durante um período de 3 anos contados a partir da data da aprovação em vistoria;
- Dedução na matéria colectável da totalidade dos lucros efectivamente reinvestidos pela empresa no mesmo ou noutra actividade industrial;
- Dedução na matéria colectável das empresas feitas com a formação de pessoal, com nacionalidade cabo-verdiana;
- Tratando-se de pessoas singulares, os valores investidos em empresas industriais, são deduzidos na respectiva matéria colectável relativos ao imposto complementar do ano seguinte, até ao limite de 70%.

⁴ O imposto industrial e o imposto complementar foram abolidos e substituídos pelo IUR pelo artigo 28º nº2 da lei nº 127/IV95 de 2 de junho que aprova as bases da tributação única sobre o rendimento.

3.2.3.2. Benefícios Fiscais a empresas industriais regionais

Os estabelecimentos industriais situados fora das áreas urbanas dos concelhos da Praia, São Vicente e Sal gozam de art.44º:

- Isenção do IUR, quanto ao rendimento gerado para cada novo estabelecimento industrial averbado, durante o período de 5 anos, a partir a data da aprovação da vistoria;
- Redução percentual do IUR, igual à percentagem do valor FOB das exportações sobre as vendas totais do estabelecimento, por cada novo estabelecimento industrial averbado, durante o período de 7 anos, a partir do término dos primeiros 5 anos da isenção referida na alínea anterior;
- Redução percentual do IUR por cada novo estabelecimento industrial averbado, calculado através da fórmula $70\% (VE/VT)$, onde o VE representa o valor FOB das exportações e VT representa o valor total das vendas do estabelecimento, após o termo do período de 7 anos.

3.2.4. Benefícios Fiscais a trabalhadores estrangeiros equiparados

Os trabalhadores estrangeiros recrutados pelas empresas detentoras do EI – o recrutamento é permitido até ao limite de 10% da totalidade dos seus efetivos permanentes, salvo em casos especiais, devidamente justificados e autorizados mediante despacho do membro de Governo responsável pela área de trabalho, uma vez ouvido o membro do Governo responsável pela área industrial gozam de art.27º:

- Livre transferência para exterior de 70% dos salários que auferiram em moeda nacional;
- Livre transferência para o exterior de 100% do salário correspondente nos períodos de férias que gozarem no estrangeiro.

3.2.5. Exportações

No que diz respeito às exportações, vigoram os diplomas legais em anexo.

O objectivo da lei é incentivar as actividades de exportação ou reexportação de bens e serviços.

São considerados beneficiárias as entidades exportadoras ou reexportadoras de bens e serviços, considerando como entidade exportadora toda as pessoas singulares ou colectivas, que autorizadas, nos termos da lei, exercem actividade económica de bens e serviços.

O diploma em anexo prevê o BF, mas também estabelece como condições da atribuição desses benefícios (art.4º e 5º), que as entidades exportadoras ou reexportadoras beneficiárias:

- Se se encontrarem em situação regular relativamente às condições fiscais e com segurança social;
- Tenham cumprido as normas que regulam o acesso exercido das actividades económicas nos sectores de actividade em que se encontram;
- Tenham feito a solicitação bem fundamentada;
- Não tenham prestado falsas declarações ou apresentado documentos comprovativos falsos, às instituições públicas responsáveis pela concessão dos benefícios.

3.2.5.1. Benefícios Fiscais a empresas exportadoras ou reexportadora

As empresas exportadoras ou reexportadoras gozam de art.6º:

- Redução do IUR, sobre os lucros em percentual igual à percentagem das receitas em divisas⁵ sobre as receitas totais da entidade exportadora ou reexportadora,

⁵ De acordo com o artigo 6º nº3, consideram-se aceitas em divisas: a) As provenientes das exportações ou reexportações efectuadas directamente pela entidade exportadora ou reexportadora, comprovadas através de documentos demonstrativos da entrada no país das divisas correspondentes, emitidos

nos 5 primeiros anos em que foi feita a exportação ou reexportação sucessiva ou consecutivamente prorrogado de 1 ano, até ao limite máximo de 10 anos, para as entidades exportadoras ou reexportadoras que nos 5 anos e em cada uma das sucessivas prorrogações, tenham produzido em Cabo Verde mais de 50% dos bens ou serviços que exportaram.

- Redução do IUR, sobre lucro em percentual igual à metade da percentagem das receitas em divisas sobre as receitas totais da entidade exportadora ou reexportadora, após o término dos principais ou em caso de ter havido prorrogação ou ainda período limicial, 10 anos.

3.2.6. Empresas francas, seus estabelecimentos, suas exportações e trabalhadores afectos

Definem-se como objectivos legais subjacentes:

- Incentivos à criação e instalação em Cabo Verde de empresas vocacionadas exclusivamente para a produção e comercialização de bens e prestação de serviços destinados a exportação;
- Desenvolvimento da capacidade do país no que diz respeito a matéria colectável;
- Aumento da capacidade da competitividade da economia nacional;
- Melhoria dos índices económicos dependentes directamente das exportações.

instituição financeira nacional competente; b) As provenientes de vendas efectuadas a empresas francas instaladas em Cabo Verde nos termos legais e regulamentares; c) As provenientes de vendas efectuadas a outras entidades exportadoras ou reexportadoras, desde que sejam devidamente comprovados e incorporados ou utilizados na produção de outros bens e serviços.

Os beneficiários dos incentivos são:

- As empresas francas;
- Os estabelecimentos de empresas francas que forem objecto de um investimento, directamente ou em resultado da sua aquisição, superior a 50% do seu avaliado;
- As exportações das empresas francas;
- Os trabalhadores estrangeiros recrutados pelas empresas francas.

3.2.6.1. Os Benefícios Fiscais às empresas francas ou ao estabelecimento de empresas francas, que forem objecto de um investimento, directamente ou em resultado da sua aquisição, superior a 50% do seu valor avaliado.

As empresas francas ou o estabelecimento das mesmas, que forem objecto de um investimento, directo ou em resultado da sua aquisição superior a 50% do seu valor avaliado, gozam de art.10º e 28º:

- Isenção de IUR, durante os primeiros 10 anos, a partir da data de início das suas actividades;
- Isenção do imposto sobre os dividendos distribuídos dos accionistas ou sócios da empresa franca, durante os primeiros 10 anos, com a contagem a partir da data de início da sua actividade;
- Isenção de outros impostos e outras imposições fiscais indirectas, designadamente o imposto selo;
- Tributações de dividendos distribuídos aos accionistas ou sócios da empresa franca, previstos na lei pela constituição das empresas francas em CV, em sociedade comercial ou empresa de nome individual, ou ainda, em sucursal de empresas estrangeiras.

3.2.7. Instituições Financeiras Internacionais

No que tange às instituições financeiras internacionais (IFI), os BF vêm regulados nos diplomas anexados.

O objectivo da lei é atrair a constituição, instalação e funcionamento de instituições financeiras internacionais em CV.

Os beneficiários previstos nesse diploma são os seguintes:

- Os sócios das IFI (art.13º);
- As IFI (art.14º);
- Os clientes das IFI (art.15º)

3.2.7.1. Os Benefícios Fiscais aos Sócios

Os sócios gozam, sem qualquer formalidade, de:

- Consideração com os custos de exercício, para efeito de IUR do exercício a que respeita, da totalidade da sua participação no capital social da sociedade constituída;
- Isenção do IUR, no que diz respeito aos rendimentos dos juros e outras formas de remuneração de suprimentos, abonos ou adiantamento de capitais feitos pelos sócios à sociedade, aos lucros atribuídos aos sócios por essas sociedades, e também, aos resultados dos juros e outras formas de remuneração devidos, pelo facto de os sócios não levarem os lucros ou remunerações colocados à disposição;
- Isenção do imposto único sobre o património (IUP), relativamente às transmissões, a título oneroso ou gratuito, consoante o caso, de bens que integram o património da respectiva sociedade.

3.2.7.2. Os benefícios Fiscais a Instituições Financeiras Internacionais

As instituições Financeiras Internacionais gozam de (art14º):

- Isenções do IUR derivadas das aquisições de bens móveis destinados à sua instalação;
- Isenção do IUR, até 31 de Dezembro de 2017, não se aplicando, contudo as operações realizadas com residentes, que deverão ser considerados contabilisticamente, revelando para o cálculo o seu lucro tributável, os respectivos custos directos e imputação dos custos de estruturas que corresponderam à proporção destas operações no total de proveitos gerados no exercício em causa;
- Isenção das taxas de impostos municipais;
- Isenção do imposto de selo em todos os actos que pratique e operações de qualquer natureza que realize, uns e outros de conta própria ou alheia, nomeadamente juros que cobre ou pague, comissões, mandatos e ordens que execute, remunerações de qualquer tipo que pague ou receba e contratos em que seja parte, não sendo contudo aplicável nas operações realizados com residentes;
- Consideração como custos de exercício, para efeitos de IUR do exercício a que respeita, da totalidade dos lucros efectivamente reinvestidos em qualquer actividade.

3.2.7.3. Benefícios Fiscais aos clientes das IFI

Os clientes das IFI gozam de:

- Isenção do IUR, qualquer que seja a categoria a que os rendimentos auferidos respeitem;
- Isenção do imposto de selo, em quaisquer actos que pratique e operações de qualquer natureza que realize, nomeadamente remuneração que receba ou pague, como juros, prémios e dividendos ou ganhos de capital que realize com alienação de activos;

- Isenção de IUP.

3.2.8. Investimento Externo

No que diz respeito ao investimento externo, os benefícios fiscais vêm regulados na legislação em anexo.

Os objectivos legais dos incentivos previstos na lei são:

- As actividades económicas realizadas com a participação do investimento externo;
- Os investidores externos;
- Os trabalhadores estrangeiros e cabo-verdianos residentes no estrangeiro há mais de 5 anos, a partir da data de recrutamento, contratados pelo investidor externo.

3.2.8.1. Benefícios fiscais às actividades económicas realizadas com a participação do investimento externo

As actividades económicas realizadas com a participação do investimento externo gozam de benefícios gerais previstos na legislação aplicável aos respectivos sectores de actividade (art.12).

3.2.8.2. Benefícios Fiscais aos investidores externos e as actividades económicas realizadas com participação do investimento externo

O investidor externo e as actividades económicas, realizadas com participação de investimento externo, gozam de art.13º:

- Isenção de tributação de dividendos e lucros, distribuídos ao investidor externo e originados em investimentos externos, autorizados nos termos da lei, durante 5 anos, a partir da data do registo do investimento;
- Isenção de tributação de dividendos ou lucros, isto é, do IUR reinvestido na mesma ou noutra actividade económica em CV;
- Isenção da tributação das amortizações dos juros, correspondente a operações financeiras que fazem parte do investimento externo.

3.2.8.3. Benefícios Fiscais ao mecenato cultural, social, educacional, juvenil, científico, tecnológico e nos domínios da saúde e necessidade de informação

O diploma em anexo que rege os Benefícios Fiscais ao mecenato cultural, social, educacional, juvenil, científico, tecnológico e nos domínios da saúde e necessidade de informação, tem com objectivo a fomentação, a protecção, o conhecimento e o desenvolvimento dos sectores sociais e culturais, educacionais, juvenis, científicos, tecnológicos, e também no que diz respeito à saúde e à informação (art.1º).

Os benefícios previstos no referido diploma são atribuídos aos mecenas (art.3º), isto é, a pessoas singulares ou colectivas que prestarem serviços ou actividades para outros ou financiarem, parcial ou totalmente, obras ou projectos sociais, culturais, educacionais, juvenis, científicos, tecnológicos, e na área da saúde e informação⁶, a lei exclui da qualidade de mecenas as pessoas singulares ou coletivas que se encontrem em situação de inadimplência com o fisco⁷.

⁶ O Estado compromete a assinar acordos com outros países, com o fim de evitar tributação sempre que as mecenas residentes no país, pretendem adquirir equipamentos com destino a doação a entidade ou instituição cabo-verdiana, para a prossecução de qualquer dos objectos previstos nesta lei (art.9º)

⁷ De acordo com o art. 7º, a lei do orçamento do Estado deverá fixar o montante máximo anual da renúncia fiscal constituídos pelos BF abrangidos por esta lei.

3.2.8.4. Benefícios Fiscais às associações e fundações constituídas legalmente

As associações e as fundações gozam de Isenção do IUR sobre os rendimentos obtidos de exercício de actividade cultural, desportiva, de solidariedade social, ambiental, juvenil, científica, tecnológica, desde que estejam legalmente constituídos e cumulativamente preencham os requisitos legais. (art. 8º)

3.2.8.5. Benefícios Fiscais aos mecenas, pessoas colectivas e singulares

Os mecenas, pessoas colectivas e singulares, isto é, as empresas fiscalmente definidas por lei, bem como pessoas singulares também gozam de BF segundo a lei 48/V/2004.

3.2.8.6. Benefícios Fiscais aos mecenas no domínio do mecenato social e cultural

Os mecenas no domínio do mecenato social e cultural, de dedução ou consideração com custos ou perdas de exercício das liberalidades atribuídas a instituições particulares de solidariedade social ou equiparados, e pessoas colectivas de utilidade pública que prossigam os objectivos sociais e culturais nomeadamente (art.13º):

- Redução e desintoxicação de pessoas, designadamente os jovens vítimas de consumo de drogas, álcool, entre outros;
- Assistência a pessoas vulneráveis, nomeadamente órfãos e filhos de pessoas desempregadas portadoras de deficiência ou doenças mentais, a beneficência e a solidariedade social;
- Criação de oportunidades de trabalho e reinserção social de pessoas, famílias ou grupos em situação de exclusão social, no âmbito de programas de luta contra a pobreza;
- Incentivo à formação artística e cultural, nomeadamente a concessão de bolsa de estudos, prémios a criadores, autores, artistas e suas obras, realização de cursos de carácter cultural e artístico;

- Fomento à produção e divulgação da cultura no território nacional e no estrangeiro, designadamente a produção e edição de obras, realização de exposições, filmes, seminários, festivais de artes, espetáculos de artes cénicas, da música e folclore.

3.2.8.7. Benefícios Fiscais aos mecenas no domínio mecenato desportivo

Os mecenas no domínio do mecenato desportivo, gozam de dedução ou consideração como custos ou perdas do exercício das liberalidades atribuídos ao comité olímpico nacional, a pessoas coletivas de utilidade pública desportiva, associações desportivas ou promotoras do desporto, e associações dotadas do estatuto de utilidade pública, cujo objectivo seja o fomento e a prática de actividades desportivas, para a prossecução dos seguintes objectivos (art. 15º);

- Formação desportiva, escolar e universitária;
- O desenvolvimento dos programas desportivos para menores de idade e deficientes.

3.2.8.8. Benefícios Fiscais aos mecenas no domínio do mecenato educacional, ambiental, juvenil, científico, tecnológico e para a saúde

Os mecenas no domínio do mecenato educacional, ambiental, juvenil, científico, tecnológico e para a saúde, gozam de dedução ou consideração como custo ou perdas do exercício dos liberados, atribuídos às entidades que promovam a educação, conservação ambiental, o desenvolvimento juvenil, a investigação e o desenvolvimento e a promoção da saúde. (art.16)

3.2.8.9. Benefícios Fiscais aos mecenas no domínio do mecenato para a sociedade da informação

Os mecenas no domínio acima citado gozam de dedução ou consideração como outros custos ou perdas de exercício das liberalidades em equipamentos informáticos, programas de computadores, formação e consultoria na área de informática concedida às empresas, com destaques para (art.17º):

- Instituições particulares de solidariedade social ou equiparadas a pessoas colectivas de utilidade pública, que prossigam quaisquer dos objectivos pronunciados na lei para o mecenato social:
- As entidades e as pessoas públicas e privadas que prossigam quaisquer dos objectivos citados na lei para o mecenato desportivo, entre outros.

3.2.8.10. Benefícios Fiscais aos mecenas no domínio do mecenato de organismos associativos

Os mecenas que sejam associados de organismos associativos gozam de dedução ou consideração da liberalidades ao serviço dos respectivos organismos associativos a que pertencem, com o objectivo e a satisfação dos fins estatutários, como custos ou perdas de exercício na totalidade, até ao limite de 5/1000 do volume de vendas ou de serviços prestados no exercício das entidades industriais ou agrícolas. (art.18)

Existem outros BF no que diz respeito ao sector de transporte, saúde, pescas, agricultura, silvicultura e pecuário, produção e importação de areia, electricidade e água, energias não convencionais, ajuda ao desenvolvimento, comunicação social, desporto, música e muitos outros, sobre os quais não nos vamos debruçar agora, devido à limitação de páginas, mas a referência e a sua legislação encontra-se em anexo ao presente trabalho. Todos esses benefícios atribuídos têm um objectivo que é a promoção da empresa, o desenvolvimento económico e o bem-estar social.

3.3. Constrangimentos verificados a nível de controlo e acompanhamento

Nos regimes antecedentes ao regulamento dos BF, encontram-se os seguintes constrangimentos:

- Vários órgãos envolvidos com a administração dos BF, onde trabalham de uma forma descoordenada;
- Beneficente articulação entre as entidades envolvidas no processo de concessão de BF, no concreto a DGCI, a Direcção Geral do Desenvolvimento Turístico, a Direcção Geral da Indústria e Energia e a Direcção Geral das Pescas;
- Insuficiência no processo de acompanhamento, controlo e avaliação;
- Burocracia no que diz respeito aos critérios a utilizar na atribuição dos IF;
- A não formalização dos pedidos de reconhecimento de BF, nos termos do nº2 do art. 33º do CGT;
- A falta de cumprimento de obrigações assessoriais, por parte de algumas empresas detentoras de BF;
- A dispersão de diplomas que concedem BF;
- Défice de informação, dos potenciais beneficiários, provocados pela existência da dispersão dos diplomas legais que regem os incentivos.

3.4. Renúncia Fiscal

Para efeitos de análise dos dados relativos aos BF, concedidos no período compreendido a 2008-2010, importa salientar que os dados utilizados neste trabalho, dizem respeito aos concelhos onde se registam as maiores concentrações de pessoas e de empresas portadoras do direito a BF, onde constam:

- Praia
- São Vicente

- Boa Vista
- Sal

É de salientar ainda que, o envolvimento de várias entidades no processo da atribuição de BF, falta de controlo e de comunicação à entidade reconhecedora e um aumento significativo de empresas que não cumprem com as suas obrigações, dificultam a quantificação de um valor exato na confrontação dos dados referentes aos anos sucessivos.

3.5. Tratamento e análise dos Benefícios Concedidos

3.5.1. Evolução dos benefícios fiscais no triénio 2008 a 2010

No ano de 2010 o número de empresas com direito a benefícios fiscais em sede do Imposto Único sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IUR-PC), ascendeu a 91 unidades. O montante de benefícios fiscais auferidos por essas empresas ascendeu o montante de 727,5 milhões de contos, mais 48,9% milhares de contos do que em 2009, equivalendo, respectivamente, a 22,4% do total do IUR- Pessoas Colectivas arrecadado em 2010 e a 2,8% da totalidade das receitas fiscais arrecadadas nesse mesmo período.

Tabela i: Evolução dos BF no Triénio 2008 a 2010 (em milhões de contos)

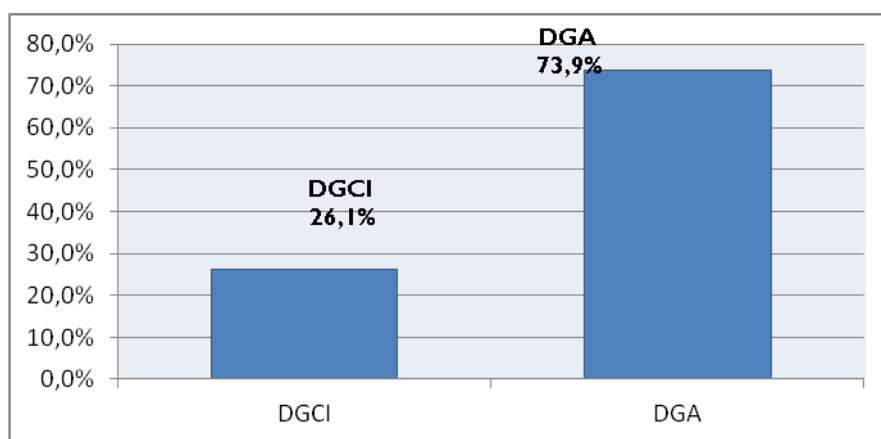
	Em milhões de escudos			Taxa de Crescimento %	
	2008	2009	2010	2009/2008	2010/2009
Designação					
DGCI	493,4	678,6	727,5	37,5%	7,2%
DGA	2.494,2	2.345,4	2.058,9	-6,0%	-12,2%
Total	2.987,6	3.024,0	2.786,4	1,24%	-7,9%

Fonte: DGCI

3.5.2. Análise dos Benefícios Fiscais Concedidos em Cabo Verde no período 2008 a 2010 (em valor).

De acordo com os dados da Direcção Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), durante o ano de 2010, o montante de benefícios fiscais concedidos pelo Estado de Cabo Verde foi de 2.786,4 milhões de escudos, dos quais 73,9% foram concedidos pela Direcção Geral das Alfândegas e 26,1% foram concedidos pela DGCI.

Gráfico I: BF concedidos em 2010 (em %)



Fonte: DGCI - Direcção de Tributação e Cobrança.

O montante dos benefícios fiscais concedidos em 2010 corresponde a 10,6% das receitas fiscais cobradas nesse ano e 2% do PIB. Em termos absolutos, registou-se uma diminuição de 237,6 milhões de escudos em relação ao ano de 2009. Essa diminuição é justificada essencialmente pelo maior rigor na concessão dos benefícios fiscais de carácter aduaneiro.

3.5.3. Análise da relação entre as receitas fiscais do Estado de Cabo Verde cobradas no ano de 2010 e os benefícios fiscais concedidos nesse mesmo ano.

Pela lei, as receitas do Estado de Cabo Verde são arrecadadas por três serviços intervenientes no circuito de liquidação, cobrança e contabilização dessas receitas: são elas, a Direcção Geral das Contribuições de Impostos (DGCI), a Direcção Geral das Alfandegas (DGA) e a Direcção Geral de Tesouro (DGT).

As receitas subdividem-se em duas grandes categorias: receitas correntes e receitas de capital. As receitas correntes destinam-se à manutenção e ao funcionamento dos serviços públicos e têm origem nas receitas fiscais (impostos) e nas receitas não fiscais (multas e outras penalidades), enquanto que as receitas de capital se destinam à cobertura das despesas da administração directa e indirecta, com o objectivo de investir em bem de capital que contribuirá para a geração de outros bens ou serviços.

Com base no quadro abaixo apresentado, pode-se concluir que nos últimos cinco anos as receitas fiscais apresentaram uma evolução crescente, apesar de em 2009 ter registado um decréscimo em relação a 2008.

A recuperação das receitas, após a queda registada no ano de 2009, deve-se ao facto de haver, por um lado maior dinamismo da actividade económica, e por outro lado o reforço da eficiência na cobrança.

O montante colectado do Imposto Único sobre o Rendimento (IUR), contudo, diminuiu nos anos de 2009 e 2010, parcialmente em resultado da implementação de um novo sistema de normalização contabilística.

Em 2011, há um crescimento significativo e esse aumento é justificado pelo acréscimo da receita dos impostos directos e dos impostos indirectos, com destaque ao IVA.

Tabela ii: Receitas fiscais do Estado de Cabo Verde no período 2007 a 2011

COBRANÇA DE RECEITAS FISCAIS NO PERÍODO 2007 A 2011					
DESIGNAÇÃO DAS RECEITAS	2007	2008	2009	2010	2011
IUR PS - Método Estimativa	3.978.924.502	4.309.895.278	3.906.136.314	4.111.862.945	4.315.919.023
IUR PS - Método Declarativo	61.375.439	157.623.931	200.280.118	171.640.957	194.653.507
IUR PS - Retenção na Fonte	390.123.733	288.429.122	279.761.633	274.917.167	254.087.552
IUR PS - Rendimentos Prediais	54.381.143	57.915.623	66.712.842	81.376.133	90.595.974
Total IUR Pessoas Singulares	4.484.804.817	4.813.863.954	4.452.890.907	4.639.797.202	4.855.256.056
IUR PC - Imposto sobre o lucro	39.361.365	48.156.039	100.155.327	186.735.754	287.678.197
IUR PC - Imposto de capital	3.110.833.397	3.653.052.108	3.497.196.807	3.041.509.414	3.513.626.879
Total IUR Pessoas Colectivas	3.150.194.762	3.701.208.147	3.597.352.134	3.228.245.168	3.801.305.076
IVA - R. Normal	3.808.014.474	4.741.129.637	3.783.064.446	4.274.867.901	3.999.421.431
IVA - R. Simplificado	51.467.463	70.249.139	64.177.082	65.668.122	60.318.544
IVA - DG Alfândega	6.057.836.485	6.912.112.051	5.899.573.398	6.179.984.391	7.543.650.928
Total Imposto Valor Acrescentado	9.917.318.422	11.723.490.827	9.746.814.926	10.520.520.414	11.603.390.903
ICE - Imposto Consumo Especial	1.223.335.181	1.340.399.279	1.146.697.069	1.226.599.584	1.705.724.216
TC - Taxa Comunitária CEDEAO	214.893.918	236.183.603	219.028.918	245.122.649	290.112.810
TE - Taxa Ecológica	215.617.810	221.703.247	187.095.175	267.192.488	530.661.075
DI - Direitos de Importação	5.376.341.261	5.888.183.012	5.219.071.334	5.388.477.478	5.937.574.620
IS - Estampilhas Fiscais	8.706.839	6.769.729	4.954.484	0	0
IS - Verba	1.419.379.426	1.330.417.766	406.013.703	165.259.670	131.643.791
IS - Diversos	43.641.731	118.372.381	539.625.061	535.678.389	703.463.741
Total Imposto Selo	1.471.727.996	1.455.559.876	950.593.248	700.938.059	835.107.532
Juros de Mora	74.088.745	102.814.543	52.006.679	78.789.015	62.829.268
Taxa de Relaxe	14.965.485	27.683.301	19.762.494	29.733.203	17.704.030
Multas por Infracções Fiscais	48.512.369	40.920.999	39.927.127	50.056.150	43.051.286
Outras Receitas Fiscais	0	12.983.960	35.321.429	59.283.924	22.723.894
Total Outras Receitas Fiscais	137.566.599	184.402.803	147.017.729	217.862.292	146.308.478
TOTAL RECEITAS FISCAIS	26.191.800.766	29.564.994.748	25.666.561.440	26.434.755.334	29.705.440.766

Fonte: DGCI

3.5.4. Evolução do Produto Interno Bruto no triénio 2008 a 2010

A actividade económica nacional evoluiu favoravelmente em 2010, em linha com a melhoria do enquadramento internacional da economia cabo-verdiana. As estimativas do Banco de Cabo Verde apontam para um crescimento real de 5,6%, que compara aos 4% estimados para 2009. Este desempenho favorável do produto interno bruto foi determinado pela forte recuperação da procura interna. Com efeito, o contributo da procura interna para o crescimento do PIB acelerou de -3,5 para 5,8 pontos percentuais do PIB em 2010, em resultado, principalmente, do aumento do consumo privado e do investimento público.

O contributo da procura externa líquida para o crescimento económico foi, por seu turno, negativo, situando-se nos -0,2 pontos percentuais do PIB (contra os 7,5 pontos percentuais de 2009). O significativo aumento das exportações não foi suficiente para compensar o crescimento das importações.

A evolução do indicador de clima económico calculado pelo Instituto Nacional de Estatísticas (INE) ilustra a tendência de recuperação da actividade económica nacional. Este indicador, que resulta da síntese das apreciações de empresários dos principais sectores, apresentou ao longo do ano uma trajetória geralmente ascendente. Entre outros sectores, o turismo, os transportes, a construção e o comércio em estabelecimento foram os que apresentaram tendências positivas mais expressivas.

Tabela iii: Evolução do PIB no Triénio 2008 a 2010 (em milhões de escudos)

Designação	2008	2009	2010
PIB	115.190,9	115.614,1	123.916,7
Consumo	113.435,7	117.284,2	124.125,4
-Público	22.524,1	25.057,0	26.151,8
-Privado	90.911,6	92.227,2	97.973,6
Investimento	54.355,3	49.641,9	52.218,6
-Formação Mutuo de Capital Fixo	53.782,5	49.069,1	51.645,8
-Variação de Existência	572,8	572,8	572,8
Procura Interna	187.791,0	166.926,1	176.344,0
Exportações de Bens e Serviços	25.986,3	22.170,6	26.066,5

Procura Global	193.654,9	189.096,7	202.410,5
Importação de Bens e Serviços	78.464,0	73.482,6	78.493,8
Pro Memória:	1.044,6	1.048,5	1.123,8
-PIB p.m. nominal	1.528,9	1.456,5	1.483,5
(Milhões de Euro)	6,1	4,0	5,6
-PIB p.m. nominal			
(Milhões de USD)			
-PIB real			
(variação em %)			

Fonte: BCV- Relatório de Conta do ano 2010

3.5.5. Contributo para Exportação

Tem-se verificado num contexto de recuperação do comércio internacional e da acentuada redução registada em 2009, a exportação de bens e serviços cresceram 14% em termos reais, em 2010, após uma queda de 11,8%. A análise detalhada das exportações aponta para uma evolução globalmente favorável dos diferentes mercados, verificando-se uma forte aceleração quer de bens, quer dos serviços de turismo e de transportes aéreos. No que respeita à exportação de bens, observou-se uma significativa aceleração em termos nominais das reexportações de combustíveis e víveres, nos portos e aeroportos internacionais do país e de pescado em 68,8% e 52,7%, respectivamente (-29,4% e 30,5% em 2009).

As exportações de serviços cresceram 12,7% em termos nominais (-14,2% em 2009). As receitas brutas de turismo que representam mais de 50% do total das exportações de serviços cresceram 6,3%, recuperando de uma queda de 16,2%. Em linha com a

recuperação do turismo, as exportações de serviços ligados aos transportes aéreos cresceram 33,2% (-15,7% em 2009). A evolução das exportações cabo-verdianas beneficiou do dinamismo da procura externa, comparativamente a 2009. Note-se no entanto que, o crescimento real das exportações superou em 11 pontos percentuais a evolução da procura dirigida a Cabo Verde pelo seu maior parceiro comercial, a Zona Euro, indiciando um ganho na quota de mercado. A redução dos custos com as exportações, em função do crescimento moderado dos preços internos contribuiu, em alguma medida, para o referido aumento da quota de mercado de exportação.

Tabela iv: Exportações de Mercadorias (em milhões de escudos)

Designação	2008	2009	2010
Reexportação:	6.021,1	4.250,1	7.178,3
-Produtos Transformados	881,8	825,9	779,5
-Produtos Tradicionais	1.421,2	1.854,5	2.830,9
Outros Produtos	106,2	79,7	86,8
Totais	8.430,3	7.010,2	10.875,4

Fonte: BCV- Relatório de conta do ano 2010

3.5.6. Contributo para o Investimento Directo Exterior

A tabela V mostra que os investimentos externos permaneceram com um perfil descendente, embora menos pronunciado que o apresentado em 2009. Com efeito, os fluxos do investimento directo estrangeiro diminuíram 2,1%, o que se compara à queda de 20% verificada em 2009. A evolução favorável dos investimentos de emigrantes, que cresceram 21%, não foi suficiente para compensar a expressiva redução do investimento

em acções e outras participações de capital e do investimento imobiliário em 80% e 4%, respectivamente.

Tabela v: IDE em CV no triénio 2008-2010 (em milhões de escudos)

Designação	2008	2009	2010
Investimento Direto	15.741,1	9.492,4	9.292,1
Em percentagem do PIB			
Investimento Direto	13,7	8,2	8,1

3.5.7. Contribuição para Criação de Emprego

O combate ao desemprego, nomeadamente através da promoção da manutenção do emprego e da criação tanto estáveis como equilibrados, tem-se tornado um dos objectivos prioritários a prosseguir numa conjuntura interna com carácter fidedigno e favorável.

Como se pode verificar na tabela seguinte, o nível do desemprego em CV diminuiu em 2010, apesar da crise mundial, Cabo Verde conseguiu diminuir a percentagem de desempregados de uma forma significativa, visto que a percentagem de desempregados se manteve nos anos de 2008 e 2009.

Apesar dessa informação, não existe dados que possam permitir uma análise acerca do impacto dos BF sobre o emprego. Contudo, espera-se que com a atribuição dos BF, as empresas beneficiadas desencadeiem um processo com reflexos sobre outras empresas, principalmente para as da construção civil, e do sector turístico, tendo em conta o peso percentual dos BF concedidos, com efeitos positivos sobre o emprego.

Assim, crê-se que com o desenvolvimento das empresas e das exportações tenha havido um efeito positivo sobre as empresas de construção civil, que mais mão-de-obra têm adquirido, apesar da inovação das tecnologias. Por isso, crê-se que os BF concedidos às empresas, embora não se possam quantificar, trouxeram um impacto positivo sobre o emprego.

Tabela vi: Nível do Desemprego em CV no triénio 2008-2010

Ano	Valor
2010	10,7%
2009	13%
2008	13%

Fonte: BCV- Relatório anual do ano 2010

3.6. Análise dos resultados da aplicação de questionário a 30 empresas

A análise que se segue foi elaborada com base em resultados da aplicação de questionários a 50 empresas, onde somente 30 preencheram os questionários, com sede ou filial na cidade da praia.

Das 30 empresas cujos questionários foram aplicados, 43.3% tiveram conhecimento de alguns tipos de BF que a empresa poderia beneficiar-se mais tarde, e isso nos leva a questionar a afirmação do estado, que diz que já é de conhecimento de todas as empresas a existência do mesmo, dos quais 30.7% obtiveram conhecimento a partir da Cobo Verde Investimento, 23.1% a partir da DGA, 15.4% a partir da DGCI, 15.4% a partir da Direcção Geral da Energia e Industria e 15.4% a partir da Direcção Geral do Desenvolvimento e Turismo.

O que se pode constatar é que os BF mais concedidos são a isenção com 36,7% e a redução das taxas com 16,7%.

Embora com esta estratégia ou política implementada pelo governo, como uma forma de reduzir o desemprego, não se tenha cumprido esse objectivo, uma vez que os BF concedidos nem sempre foram utilizados para a criação de novos postos de trabalho pela parte das empresas, visto que 66,7% das empresas consideram que esses BF concedidos são uma fonte de lucro e as usam para retenção das despesas e gastos da empresa, fracassando assim o objectivo ou o plano estratégico do governo.

Nem todas as empresas concordam com a forma e critério como o governo distribui ou concede os BF, e ainda afirmam que Cabo Verde possui uma elevada carga tributária, o que dificulta o desenvolvimento económico e financeiro da empresa.

Conclusão

O BF é um instrumento de extrema importância na promoção do desenvolvimento, do crescimento económico, do emprego e do bem-estar da população.

Em CV, sobretudo a partir da reforma fiscal, com a introdução do CGT, do processo geral tributário e das novas legislações, tem sido sistematicamente atribuído BF a variados sectores económicos. Urge contudo que seja implementado um estudo aprofundado sobre a sua regulamentação, aplicação e efeitos sobre a economia.

Pode-se afirmar que anualmente o Estado acumula perdas de receitas ao conceder benefícios fiscais às empresas.

As empresas que gozam de benefícios fiscais devem cumprir com as suas obrigações fiscais, o que muitas vezes não acontece, ficando o Estado em “desvantagem” em relação a essas empresas.

O não cumprimento dessas obrigações por parte das empresas, muitas vezes deve-se ao facto da não utilização dos mecanismos de controlo, como por exemplo, as empresas as quais foram concedidas benefícios fiscais devem ser objecto de fiscalização, mas na maioria das vezes isso não acontece.

Por isso, é necessário o Estado criar mais mecanismos de controlo ou até outras formas de incentivar as empresas que não seja através de atribuição de benefícios fiscais, como por exemplo, diminuição da taxa do IUR, concessão de créditos para que possam apostar na formação e reciclagem do seu pessoal de modo a capacitá-los para poderem produzir com mais competência e rentabilidade.

Para finalizar, é preciso realçar que em Cabo Verde há um Código de Benefícios Fiscais promulgada a 14 de janeiro de 2013, que impõe maior controlo na atribuição de benefícios fiscais. Os motivos da criação desse código prende-se com o facto de reunir num só diploma todos os benefícios fiscais existentes em Cabo Verde, para facilitar ao investidor a efectuar a sua consulta.

Ainda, com este código pretende-se tornar mais fácil o acesso e a sua regulamentação, simplificar os processos e clarificar os pressupostos de atribuição dos benefícios fiscais, bem como os mecanismos de controlo.

Com vista a um maior impacto dos BF sobre as empresas e sobre a economia, seguem algumas sugestões de medidas a implementar:

- Suspensão de BF a empresas que não cumprem com as suas obrigações fiscais;
- Colocação da DGCI on line com outras entidades envolvidas nas atribuições de BF, para um melhor controlo e acompanhamento do BF;
- Redução de BF e criação de incentivos alternativos;
- Previsão orçamental do montante de todas as perdas fiscais resultantes da atribuição de BF.

Bibliografia

Centros dos Estudos Fiscais - Direção Geral das Contribuições e Impostos, Reavaliação dos BF - Relatório do Grupo de Trabalho Criada por Despacho de 1 de Maio de 2005, Lisboa

Gomes, Nuno Sá - Manual de Direito Fiscal, Vol. 2, 1999, pág. 81-82

Sanches, J.L. Saldanha - Princípios Estruturantes da Reforma Fiscal, Edifício Lda., 1991

Lourenço, João Cabrito - «A Auditoria Fiscal» Gestão e Planeamento Fiscal, 2ª Edição, Vislis Editora, Lda., Lisboa, 2000.

Almeida, L. Rodrigues de - Introdução ao Direito Tributário Português, 149-156p

Teles, Luís Manuel Leitão de Menezes – Estudos de Direito Fiscal, Almedino, 173-207p

Ministério da Coordenação Económica de CV, Sistema de Incentivos a Empresas

Ministério das Finanças - Caderno da Ciência Técnica Fiscal, Reavaliação dos BF, Lisboa. 1999

Ministério das Finanças - Código Geral Tributário e Código de Processo Tributário, I Edição, 1993

Teixeira, José Joaquim Ribeiro - Lições de Finanças Publicas. 4ª Edição. Refundido e Atualizado, Coimbra Editora, Lda.

Assembleia Nacional - **Lei nº43/III/88 de 27 de Dezembro**, As Instituições Financeiras Internacionais (alterado Pela lei nº 32/97 de 30 de Julho e sequentemente pela lei nº 60/VI/2005 de 18 de Abril)

Assembleia Nacional - **Lei nº 98/III/90 de 27 de Outubro**, Registo Internacional de Navios

Assembleia Nacional - **Lei nº42/IV/92 de 6 de abril**, aprova o Estatuto da Utilidade Turística (revogado pela lei nº55/VI/05 de 10 de Janeiro)

Assembleia Nacional - **Lei nº 89/IV/93 de 13 de Dezembro**, Investimento Externo

Assembleia Nacional - **Lei nº 92/IV/93 de 15 de Dezembro**, Define o regime de incentivos aplicáveis a exportação ou reexportação de bens e serviços

Assembleia Nacional - **Lei nº 92/IV/93 de 15 de Dezembro**, Define o regime de incentivos aplicáveis a exportação ou reexportação de bens e serviços

Assembleia Nacional - **Lei nº108/V/99 de 2 de Agosto**, Regime de incentivos fiscais e apoios do Estado no âmbito do mecenato cultural, social, desportivo, juvenil, científico ou tecnológico (**revogado pela lei nº 45/VI/04 de 12 de Julho**)

Assembleia Nacional - **Lei nº126/V/01 de 22 de Janeiro**, concedendo BF as concessionárias de serviço público e transportes aéreos

Assembleia Nacional - **Lei nº45/VI/04 de 12 de Julho**, Estatuto do Mecenato

Assembleia Nacional - **Lei nº45/VI/04 de 12 de Julho**, Mecenato

Conselho de Ministros – **Decreto-lei nº 136/82 de 30 de Abril**, Correios e Telecomunicações

Conselho de Ministros – **Decreto-lei nº215/89 de 1 de Julho**, Estudo dos BF

Conselho de Ministros – **Decreto-lei nº 108/89 de 30 de Dezembro**, Aprovação do Estatuto Industrial

Conselho de Ministros – **Decreto-lei nº26/94 de 18 de Abril**, Sistema Integrado de apoio ao investimento produtivo das pescas

Conselho de Ministros – **Decreto-lei nº8/04 de 15 de Outubro**, Regulamenta o Regime de Mecenato, do domínio cultural

Conselho de Ministros – **Decreto-lei nº9/04 de 15 de Outubro**, Regulamenta o Regime de Mecenato, do domínio dos desportos

Conselho de Ministros – **Decreto-lei nº 109/09 de 30 de Dezembro**, Regula a atribuição de IF às Instituições Financeiras Internacionais e respectivos sócios

Orçamento de Estado 2012

Orçamento de Estado 2013

Sitografia

WWW.BCV.CV (Acesso em 5 de Março de 2013)

WWW:INE.CV (Acesso em 7 de Março de 2013)

Apêndice

Apêndice 1 - Questionário

O presente questionário visa recolher informações com o objectivo a elaboração do tema de trabalho “O impacto da Política de Benefícios Fiscais na economia de Cabo Verde no período 2008 a 2010.

O estudo enquadra-se no âmbito de um trabalho de pesquisa cujo produto final será a elaboração da monografia para o grau de licenciatura em Contabilidade e Administração Variante Controlo Financeiro.

A finalidade deste questionário para além de ser académica, visa constituir um elemento que permitirá o serviço competente avaliar os procedimentos adoptados. Para o efeito, garante-se a reserva de total confidencialidade e o anonimato das suas respostas.

- 1.** Ao elaborar o projecto da empresa tinham conhecimento de alguns tipos de Incentivos Fiscais de que poderiam beneficiar?

Sim ☐

Não ☐

- 2.** Como é que tiveram conhecimentos desses Incentivos?

Cabo Verde Investimento ☐

Direcção Geral das Contribuições e Impostos ☐

Direcção Geral das Alfândegas ☐

Direcção Geral da Indústria e Energia ☐

Direcção Geral de Desenvolvimento e Turismo ☐

Notícias através de rádio, televisão etc. ☐

Outros ☐

3. A empresa usufruiu de algum tipo de Incentivo Fiscal?

Sim ☐

Não ☐

4. Que tipo de incentivo beneficiou a empresa?

Isenção ☐

Dedução a matéria colectável ☐

Redução das taxas ☐

Amortização e Reintegração Acumuladas ☐

5. Ao beneficiar dos Incentivos Fiscais a sua empresa obteve melhor resultado?

Sim ☐

Não ☐

6. Será que as empresas que usufruem de benefícios fiscais em Cabo Verde estão satisfeitas com este sistema?

Satisfeito ☐

Não satisfeito ☐

7. Com a introdução de benefícios fiscais as despesas diminuíram nas empresas?

Sim ☐

Não ☐

8. Qual desses tipos de punições deveriam sofrer as empresas que estão enquadradas nos programas de incentivos do estado e que não fazem seus recolhimentos.

Multas e execução fiscal ☐

Perda do benefício fiscal ☐

Outras punições ☐

9. Qual é a base legal para o uso de incentivos fiscais nas empresas?

Redução dos impostos a pagar ☐

Aumento da produção ☐

Crédito para importação e exportação ☐

10. Concorda que os incentivos fiscais dados às empresas se tornam uma fonte de Lucro?

Concordo ☐

Não concordo ☐

11. Achas que Cabo Verde possui uma elevada carga tributária

Concordo ☐

Não concordo ☐

12. Achas que o Governo distribui incentivos fiscais de uma forma correcta?

Sim ☐

Não ☐

13. Achas que os mecanismos de controlo dos benefícios fiscais estão activados?

Sim ☐

Não ☐

14. Achas que os propósitos dos benefícios fiscais estão a ser cumpridos em termos de investimentos e criação de novos empregos?

Sim ☐

Não ☐